



Acordos de cooperação entre o Brasil e a França na área de sociologia rural e ambiental: o percurso da paridade¹

Cooperation agreements between Brazil and France in the field of rural and environmental sociology: the road to parity

Douglas Ochiai PADILHA¹, Alfio BRANDENBURG^{2*}, Jean-Paul BILLAUD³

¹ Faculdade de Administração e Economia (FAE), Curitiba, PR, Brasil.

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

³ Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Université Paris Nanterre, Paris, France.

* E-mail de contato: alfio**@**hotmail.com.br

Artigo recebido em 16 de agosto de 2020, versão final aceita em 1 de dezembro de 2020, publicado em 22 de dezembro de 2020.

RESUMO: A cooperação universitária entre a França e o Brasil surgiu na década de 1970. Partimos do que se estabeleceu mais particularmente no campo da sociologia rural e ambiental, mediante um convênio inicial entre um laboratório do CNRS da Universidade Paris Nanterre e uma universidade brasileira na Paraíba. No ritmo de convênios sucessivos que se deram até hoje em dia (novembro de 2020), a rede de cooperação se expandiu tanto na França, envolvendo instituições ligadas à agronomia e às ciências sociais, quanto no Brasil, onde universidades do Sul aderiram à cooperação, considerando assim vários acordos. Ao recuperar o registro de uma colaboração marcada pela sua continuidade, mostramos como ela evoluiu para uma maior paridade entre os parceiros e como incorporou as correntes de ideias que irrigam o meio acadêmico e os movimentos sociais.

Palavras-chave: cooperação universitária; sociologia rural e ambiental; agricultura familiar; agroecologia; intercâmbio paritário.

ABSTRACT: University cooperation between France and Brazil was set up in the 1970s. Here we follow that which was established more particularly in the field of rural sociology and the environment, through an initial agreement

¹ Tradução do artigo "Accords de coopération entre le Brésil et la France dans le domaine de la sociologie rurale et environnementale: le chemin de la parité" publicado na revista *Sciences Nature Sociétés*, 7, 73-81, 2019. Disponível em: <https://www.nss-journal.org/articles/nss/abs/2019/01/nss190019/nss190019.html>. Encontra-se também publicado neste mesmo volume da revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente* um Posfácio a este artigo, revisitando e atualizando alguns dados.

between a CNRS laboratory at Paris Nanterre University and a Paraíba university in Brazil. At the rate of successive agreements until today, the cooperation network has expanded both in France, involving institutions related to agronomy and the social sciences, and in Brazil, where universities in the South joined the cooperation, thus considering several agreements. When recovering the record of a collaboration marked by its continuity, we show how it evolved towards greater parity between the partners and how it incorporated the currents of ideas that irrigate the academic environment and social movements.

Keywords: university cooperation; rural and environmental sociology; family farming; agroecology; parity exchange.

1. Introdução

A cooperação científica franco-brasileira vem desde 1816, quando foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, na cidade do Rio de Janeiro (Martiniere, 2005). É amplamente reconhecido que um dos pontos altos da história dessa cooperação científica ocorreu entre as décadas de 1930 e 1950, quando europeus e norte-americanos vieram ao Brasil compor o quadro de professores no momento de criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP).

Até a década de 1960 a cooperação internacional no Brasil era sinônimo de “doação” do Norte para o Sul, ou seja, apoio financeiro, científico e acadêmico dos países desenvolvidos às universidades brasileiras. Esse modelo tradicional de colaboração – também chamado de cooperação técnica – caracteriza-se pelo treinamento de estudantes nas melhores universidades ocidentais, pela movimentação de pesquisadores dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e pela transferência de conhecimento. A experiência de Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Fernand

Braudel e Paul Arbousse-Bastide na criação da USP segue este modelo tradicional de colaboração. Da mesma forma, os brasileiros que foram estudar nos mestrados e doutorados na Europa sustentam essa forma de parceria (Canto, 2005). Nesse período, há também cooperação em torno de projetos de pesquisa. Brasileiros vão para a França, não somente para estudar, mas também para trabalhar em cooperação com os franceses. Um dos exemplos foi de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que, com Roger Bastide e Henri Mendras, publicou textos seus na França e textos de franceses no Brasil.

A cooperação franco-brasileira prolongou-se com momentos de avanços e recuos inevitáveis (notadamente com um recuo da influência francesa, que deixou espaço em algumas áreas para a atuação dos Estados Unidos), mas em alguns campos, como nas ciências sociais, as relações de intercâmbio se mantiveram. Entre as modalidades de acordo que se mantiveram, o principal foi o Acordo Capes-Cofecub, assim nomeado devido às duas agências que o administram². O programa Capes-Cofecub caracteriza-se pelo apoio binacional a projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos de alto nível, vinculados a Programas de Pós-Graduação de

² A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, criada em 1951 por iniciativa do professor Anísio Teixeira (Decreto nº 29.741), e o Comitê Francês d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil (COFECUB), criado em 1979 para avaliar e gerir os programas de pesquisa e formação com o Brasil (Théry, 2011).

Instituições de Ensino Superior (IES) e de Pesquisa (CAPES, 2006). Este programa configurou-se como a primeira parceria internacional estabelecida pela Capes, que, além de bolsas de estudo individuais a brasileiros (missões de estudo), fomenta projetos de pesquisa conjuntos que incluem financiamento de visitas técnicas (missões de trabalho) a pesquisadores franceses no Brasil e brasileiros na França³. Marca um período de mudança no direcionamento acadêmico brasileiro e representa o resultado da bem-sucedida política de desenvolvimento de universidades, programas de pós-graduação e pesquisa.

Hélgio Trindade, ao analisar o progresso das ciências sociais no Brasil, identifica cinco fases nas estratégias adotadas pela academia brasileira: até 1920, tratava-se de treinar a elite na Europa; a partir da década de 1930, foram estabelecidas as primeiras universidades brasileiras com o auxílio de acadêmicos europeus; na década de 1950, ocorreu apoio estrangeiro para o desenvolvimento do sistema de ensino superior e para o treinamento de estudantes no exterior; na década de 1960, ocorreram treinamentos de estudantes em áreas prioritárias na Europa e nos EUA e intercâmbio de acadêmicos majoritariamente financiados pelo governo brasileiro; a partir de 1970, foram estabelecidos programas bilaterais e multilaterais financiados pelo governo brasileiro e seus parceiros (Trindade, 2005). Acordos bilaterais que surgiram na década de 1970, muitas vezes chamados de “cooperação científica e tecnológica”, marcaram um novo momento de colaboração internacional, na medida em que se tornaram instrumentos de compromissos estratégicos duradouros, em contraste com parcerias

oportunistas, baseadas em colaborações eventuais, não simétricas e de curto prazo (Canto, 2005). Os programas da CAPES de estruturação da pós-graduação no Brasil e de estímulo à formação no exterior só se consolidaram no final dos anos 1970. Havia, nesse período em que vigora a ditadura militar, muitas restrições quanto à concessão de bolsas para as ciências sociais.

De acordo com Schmidt & Martins (2005), as origens do programa Capes-Cofecub constituem um desdobramento da visita de um grupo de reitores franceses a universidades brasileiras, em 1973, particularmente em instituições da região Nordeste. O propósito, na fase inicial do acordo, visou a impulsionar o desenvolvimento das universidades da região Nordeste do Brasil que apresentavam, em determinadas áreas do conhecimento, deficiência de pessoal docente qualificado e pequena produtividade acadêmica. Foi nesse contexto que, em 1976, a UFPB, mediante o projeto “Socioeconomia do Mundo Rural”, assinou o primeiro acordo Capes-Cofecub com a Universidade de Paris X, sendo um dos pioneiros no Brasil.

A partir da década de 1980, o acordo foi ampliado para outras regiões do país, permitindo que um maior número de IES participassem. Além disso, houve modificações no acordo. Inicialmente eram financiados cursos de pós-graduação – como mestrado e até especialização – e a partir de então foram financiados apenas o doutorado pleno, o doutorado sanduíche e pós-doutorado. Na década de 1990, o programa passou a integrar grupos em estágios de consolidação já bem adiantados, abrindo caminho para parcerias mais simétricas entre equipes bra-

³ Atualmente o programa Capes-Cofecub é o maior acordo de cooperação internacional da Capes. Ele já atendeu a mais de 820 projetos e formou cerca de 3 mil doutores nas mais diversas áreas do conhecimento, envolvendo 37 universidades brasileiras e 64 instituições francesas (CAPES, 2014).

sileiras e francesas em estágios equivalentes de desenvolvimento. Para Schmidt & Martins (2005), estamos hoje em uma terceira fase do programa Capes-Cofecub, em que as características centrais não tipificam “assistência”, mas trabalho conjunto em programas de pesquisa (laboratórios compartilhados) e intercâmbio de docentes e estudantes conectados a tais projetos.

2. O exemplo dos acordos de cooperação na área de sociologia rural e ambiental

Entre as diversas áreas de conhecimento das ciências sociais, que orientaram os intercâmbios internacionais, sem dúvida a sociologia rural merece destaque. Ela surge no contexto da modernização do pós-guerra, tendo Henri Mendras como figura mais notória entre os fundadores dos estudos rurais da sociologia, embora outros sociólogos, como Henri Lefebvre e Placide Rambaud, possam ser incluídos entre os pioneiros. Entre eles, Mendras foi, sem dúvida, um dos mais influentes na construção da sociologia rural como um campo de conhecimento no Brasil. Maria Izaura Pereira de Queiroz e mais tarde Maria de Nazareth Baudel Wanderley seriam as herdeiras dessa corrente teórica.

Na França, Henri Mendras é então o organizador e diretor do Grupo de Sociologie Rurale/GSR. É autor da obra *O Fim do Camponeses* (Mendras, 1967), de grande impacto nas ciências sociais de modo geral e referência para o estudo do campesinato até hoje. Por meio do GSR, e com a colaboração

de Marcel Jollivet⁴, Mendras deu continuidade por dez anos ao trabalho sobre o “fim dos camponeses”. Acaba se afastando dessa questão, deixando o GSR e indo para o OFCE (Observatório Francês de Conjunturas Econômicas), onde vai se concentrar na questão da “mudança social” em escala europeia.

O GSR foi sucedido pelo Grupo de Pesquisa sobre Mutações nas Sociedades Europeias (GR-MSE) – hoje Ladyss (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces) – tendo Marcel Jollivet como diretor. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, primeira orientanda de Jollivet, assim se expressou sobre o pesquisador:

[...] sua obra foi fundamental para marcar dois grandes saltos qualitativos na Sociologia Rural. Por um lado, ao deslocar o eixo da interpretação, centrado no próprio mundo rural, para a própria dinâmica das forças sociais gestadas pelo capitalismo, sua reflexão desvenda os significados que assumem a agricultura, os agricultores e o meio rural nas sociedades modernas. A identificação destes “novos lugares” muito contribuiu para a afirmação da agricultura familiar como um fato social do mundo moderno, ultrapassando assim a velha concepção da decomposição do campesinato, que desautorizaria qualquer interesse pelo seu estudo. [...] O segundo salto qualitativo corresponde à contribuição mais recente de Marcel Jollivet referente à nova percepção do “rural” como um espaço privilegiado de interação entre sociedade e natureza, isto é, o rural, enquanto meio ambiente. (Wanderley, 2002, p. 185-186).

Esse segundo salto qualitativo foi objeto de um trabalho coletivo, mobilizando grande parte da co-

⁴Jollivet contribuiu de forma ativa e cúmplice no GSR, muito embora tenha ocupado posição teórica oposta a Mendras. Nos dois tomos da obra *Collectivités Rurales Françaises*, é possível observar esta oposição teórica: o primeiro tomo *Étude comparative de changement social* possui inspiração funcionalista (Mendras, 1971); o segundo tomo, *Sociétés paysannes ou lutte de classes au village? Problèmes méthodologiques et théoriques de l'étude locale en sociologie rurale*, dirigido por Jollivet (1974), possui claro direcionamento marxista.

munidade de ruralistas em ciências sociais (Mathieu & Jovillet, 1992)⁵, que analisa a questão ambiental, tanto na continuidade com os estudos do pós-guerra quanto na ruptura, que pode induzir à consideração de uma nova questão. Com novos objetos de análise (recursos naturais renováveis, espaço rural, etc.), essa comunidade revisitará o paradigma inicial convidando para uma nova compreensão do rural (Alphandéry & Billaud, 1996) até a escala europeia (Jovillet, 1998a). Para Jean-Paul Billaud (2004), as ligações entre o rural e o ambiental estão em duas particularidades da sociologia rural que a empurram para a temática ambiental. Primeiro, a sua inscrição em uma tradição empírica com o desenvolvimento de monografias de *villages*⁶. Segundo, seu interesse pela agricultura leva-o a estudar gestão de recursos naturais num contexto interdisciplinar, em particular em contato com agrônomos, perspectiva teórica e metodológica que as ciências ambientais requerem.

Philippe Boudes mostra que esta herança rural na base da sociologia ambiental francesa ocupa lugar predominante no Ladyss⁷. Encontra-se em seus pesquisadores – tais como Marcel Jollivet, Jean-Paul Billaud e Florence Pinton – trabalhos que abordam o ambiente através da paisagem, do território, dos agricultores europeus alternativos, dos impactos das técnicas agrícolas e agrônômicas, etc. (Boudes, 2006). A sociologia rural e ambiental francesas foram profunda e claramente influenciadas pelo Ladyss. Essa influência do GSR/GRMSE, e depois Ladyss, também se lança através do Atlântico

até diversas IES brasileiras e outras agências de pesquisa. Ao longo de décadas, formou uma rede científica de intercâmbio, influências, parcerias, diálogos, que ocorrem entre pesquisadores, instituições de ensino, agências de pesquisa e laboratórios franceses e brasileiros. A influência da sociologia rural e ambiental francesa encontra-se em trabalhos de pesquisadores brasileiros que mantiveram sucessivas relações de intercâmbio, desde o GSR até o Ladyss.

O primeiro acordo, que inaugura esse tipo de intercâmbio entre universidades, se concretizou em 1976 mediante o projeto Capes-Cofecub nº 09 “Socioeconomia do mundo rural”, coordenado por José Heleno Rotta (UFPB), Michel Gervais (Inra) e Marcel Jollivet (CNRS/Paris X). O propósito inicial do programa era impulsionar o desenvolvimento das universidades da região Nordeste do Brasil (Schmidt & Martins, 2005), o que se realizou mediante a titulação de professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB em universidades francesas, a formação dos alunos através de cursos e seminários ministrados por professores franceses em visita ao Brasil e com o intenso intercâmbio de experiências de pesquisa realizado em diversas missões de trabalho de parte a parte (Caniello, 2003). Esse intercâmbio de experiências pode ser identificado nos textos da revista Raízes, editada pela UFPB. Desde seu primeiro volume, em 1982, pesquisadores franceses, tais como Marcel Jollivet, Michel Gervais, Hugues Lamarche, Nicole Eyzner,

⁵ Ver nesse livro a contribuição de J.-P. Billaud e Martin de la Soudière, assim como o de Y. Luginbühl.

⁶ Encontramos um esboço de um plano de pesquisa para uma monografia de comunidade rural em *Albert Soboul e sua Casa Rural Francesa* (Soboul, 1995) e, especialmente, a obra *La vallée de Campan: étude de sociologie rurale de Lefebvre* (1963), que Billaud qualifica como primeiro sociólogo rural.

⁷ UMR do CNRS, o Ladyss surgiu da fusão do GRMSE (sociólogos rurais) e de Strates (geógrafos rurais). Yves Luginbühl, geógrafo, será o primeiro diretor, tendo como adjunto Hugues Lamarche, sociólogo.

Jean-Charles Szurek, publicaram artigos individuais e em coautoria⁸. A UFPB, especialmente os participantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, claramente desempenhou e ainda hoje desempenha papel importante na sociologia rural e ambiental brasileira.

De 1985 a 1990, o projeto assinado em 1979 foi reformulado sob o título “A reestruturação da divisão internacional do trabalho e a evolução das sociedades rurais”. Ele foi coordenado por Héléne Delorme (Fondation Nationale de Sciences Politiques/FNSP) e Maria Cristina de Melo Marin (UFPB). Nessa época, uma rede internacional, sob a coordenação de H. Lamarche, desenvolveu uma pesquisa sobre a agricultura familiar: voltaremos a esse tema mais adiante.

Essa rede se expande atingindo os futuros acordos Capes-Cofecub, integrando universidades que não pertencem à UFPB (Anita Brumer/UFRGS, G. Duqué/UFCG e Fernando Antonio Lourenço/Unicamp), propiciando um conjunto de experiências que levaram o lado francês a ampliar a cooperação em 1991. O novo projeto “Novas Perspectivas de Desenvolvimento Agrícola na França, Europa e Brasil” (1991-1995) propõe uma dupla reflexão: por um lado, confirma a ampliação da parceria nos

dois lados (integração da Unicamp e da UFRGS, ou seja, universidades do Sudeste e Sul do Brasil, e, do lado francês, de Bernard Roux, do Inra; por outro lado, estabelece-se um equilíbrio no modo de cooperação em que o trabalho conjunto tem primazia em programas de investigação (laboratórios partilhados) e intercâmbios de professores e alunos. É o que Schmidt & Martins (2005) descrevem como a segunda e a terceira fase da evolução dos acordos Capes-Cofecub.

De acordo com N. Wanderley, os impactos desse projeto que ela coordenava com H. Delorme são perceptíveis em diferentes níveis⁹ na sociologia rural brasileira.

O projeto Capes-Cofecub teve um efeito extremamente estimulante dos contatos entre pesquisadores brasileiros e franceses, para além das equipes diretamente envolvidas. [...] em diversas ocasiões, nossos colegas franceses participaram das reuniões do GT Estado e Agricultura, da Anpocs. (Wanderley, 2007, p. 23)

Ao mesmo tempo, alguns estudantes-pesquisadores dos programas de pós-graduação de sociologia da Unicamp, que integraram em suas trajetórias de pesquisas rurais a questão ambiental, fizeram carreira universitária¹⁰.

⁸ Entre os professores da UFPB que realizaram seu mestrado e/ou doutorado na França, está Olivio Teixeira, com tese (1994) sob a orientação de Marcel Jollivet e Raphael Larrère (Inra), que materializa uma filiação rural-ambiental entre os sociólogos franceses e brasileiros. Por outro lado, José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS) fez seu doutorado sob a direção de M. Jollivet (Tavares dos Santos, 1987). Nesse processo de cooperação científica, participaram ativamente os professores brasileiros (Norma Montalvo de Soler, Universidade de Campinas/Unicamp; Josefa Saete Barbosa Cavalcanti, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e a belga Ghislaine Duqué, universidade Federal de Campina Grande/UFCG).

⁹ Em primeiro lugar, o projeto propôs missões de estudos e de trabalho em Nanterre, para os professores e estudantes (como Alfio Brandenburg e Jair de Moraes Pessoa). Em segundo lugar, o projeto instaura a oferta anual de livros de autores franceses. Em terceiro, durante todo o período do projeto foram realizados seminários no Brasil com a participação de professores-pesquisadores franceses, notadamente M. Jollivet, Jacques Choncho, H. Delorme, H. Lamarche, J. P. Billaud, B. Roux e Magda Zanoni, brasileira professora na Universidade Paris 7.

¹⁰ Alfio Brandenburg (UFPR), João Carlos Tedesco (Universidade Federal de Pelotas/UFP), Ricardo Abramovay (USP), Sérgio Schneider (UFRGS), Leila de Meneses Stein (Universidade de São Paulo/USP), Fernando Antônio Lourenço (Unicamp), Leonilde Sérvo de Medeiros,

Outro acordo estabelecido com o Ladyss foi, em 2000, segundo o projeto 330/00-II “Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio natural e desenvolvimento sustentável em espaços rurais do sul do Brasil”. Esse projeto teve como coordenadores Hugue Lamarche (Ladyss/Universidade de Paris X – Nanterre) e Jalcione Almeida (PPGDR/UFRGS). O acordo foi realizado num contexto em que os temas ligados ao meio ambiente, especialmente o desenvolvimento sustentável, ocupavam grande espaço nas agendas de estudiosos tanto na Europa como na América Latina. Assim o projeto se propunha, a partir das dinâmicas sociais e naturais, realizar estudos que identificassem entres relacionados com as transformações socioeconômicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (Almeida, 2000). Além das instituições coordenadoras, o projeto teve também a participação do Doutorado em Meio Ambiente (UFPR), pelo lado brasileiro, e pelo lado francês o Laboratoire Santé Sociétés Développement (CNRS – Université Bordeaux 2) e do Chaire d’Agriculture Comparée et du Développement Agricole – Institut National Agronomique-Paris Grignon¹¹. O envolvimento dessas instituições está associado a uma outra questão que se encontrava no auge de discussão acadêmica: abordagem interdisciplinar de pesquisa. O Paraná, naquele momento, já desenvolvia a experiência de

formação e pesquisa interdisciplinar mediante o seu Curso de Doutorado em Meio Ambiente, apoiado por Claude Raynaut, da Universidade de Bordeaux 2, e Magda Zanoni, da Universidade Paris 7. O acordo contribuiu com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e com o Doutorado em Meio Ambiente da UFPR, resultando, pois, em uma profícua troca de experiências entre as instituições envolvidas no campo da pesquisa interdisciplinar.

Mais recentemente, em um contexto de avanços do movimento ecológico na agricultura no Brasil, foi aprovado, em 2010, o projeto Capes-Cofecub nº 716/11 “Agroecologia na França e no Brasil: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas”, tendo como coordenadores os professores Alfio Brandenburg (UFPR) e Jean-Paul Billaud (Université Paris X – Nanterre) (Quadro 1). Além das instituições coordenadoras, Universidade Federal do Paraná e Universidade Paris-X Nanterre, participam do projeto a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Do lado francês, o Institut National de Recherches Agronomique (INRA). Esse projeto¹² teve como objetivo analisar a interação entre as redes científicas, os movimentos sociais e a construção de políticas públicas no contexto da ecologização de cada um dos

Diógenes Pinheiro, Sérgio Luiz de Oliveira e Regina Bruno (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ).

¹¹ Participaram pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Lovois de Andrade Miguel, Fábio de Lima Beck, Carlos A. Mielitz Netto, Ivaldo Gehlen, Roberto Verdum, Luís Alberto Basso, Eduardo Ernesto Felippi. Pela Universidade Federal do Paraná: Alfio Brandenburg e Angela D. Damasceno Ferreira. Pelo lado francês, Universidade Paris 10 – Nanterre/Ladyss: Nicole Régine Mathieu, Magda Maria Zanoni, Jean-Claude Billaud, Florence Pinton. Claude Raynaut (Laboratoire Santé Sociétés Développement CNRS/ Université Bordeaux 2), Marc Dufumier, do Institut National Agronomique-Paris Grignon(INAPG).

¹² Participantes da IES UFSCar/CCA-PPGADR: Luiz Antonio Cabello Norder. Pela UFPR: Alfio Brandenburg, Osvaldo Heller da Silva, Moacir Roberto Darolt e Luciano de Almeida, Ângelo de Sá Mazarotto, Júlio Carlos Veiga da Silva e Douglas Ochiai Padilha. Do programa de pesquisa Embrapa Meio Ambiente/Jaguariúna: Lucimar Santiago de Abreu, Maria de Cléofas Faggion Alencar. Do lado francês, pela Université Paris X/LADYSS Jean Paul Billaud, pelo INRA/Avignon Stéphane Bellon, Claire Lamine, Olivier Guilhaume, Pascal Aventurier.

países. Visava ainda a realizar o estado da arte da produção científica ligada à agroecologia. O acordo aparece como testemunha de um cruzamento entre o rural e o meio ambiente, sendo que o movimento agroecológico se encontra numa fase de forte institucionalização tanto na França como no Brasil. Uma institucionalização que se traduz por processos de normatização das atividades, por construção de redes de comercialização, de pesquisas realizadas por instituições públicas como o Inra, a Embrapa e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), e de criação, em particular no Brasil, de cursos universitários e de pós-graduação em agroecologia.

O acordo resultou, além das parcerias de pesquisa e formação de doutorandos e pós-doutorandos, na publicação de diversos textos, em congressos e periódicos, incluindo na publicação de um livro (Brandenburg *et al.*, 2015). Possibilitou ainda a realização de um intercâmbio inédito entre instituições de pesquisa como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e o Institut National de Recherche Agronomique (INRA), no seio do qual a agroecologia é prioritária. Esse projeto reflete o avanço da agroecologia como nova forma de fazer agricultura, com seus desafios conceituais, técnicos ou políticos, que interpelem tanto os meios acadêmicos quanto os atores da produção e do consumo de produtos ecológicos.

Os acordos bilaterais aprovados pelas agências de financiamentos foram determinantes para construir uma cooperação científica entre os dois países. No entanto, ao lado dessa dimensão institucional estiveram, na origem dos acordos, múltiplas formas de intercâmbios, desde estágios até a codireção de teses que deles derivaram, sem necessariamente estarem neles inscritos diretamente.

3. Principais contribuições dos acordos bilaterais

Os resultados dos acordos e intercâmbios realizados entre o Ladyss e universidades brasileiras são suficientemente tangíveis para afirmar que eles vão muito além dos objetivos iniciais de apoio às atividades de formação e de pesquisa e revelam um compartilhamento simétrico de saberes e de uma produção científica comum aos dois países. Entre as diferentes temáticas abordadas, como verificamos, duas delas refletem as dinâmicas científicas e políticas que estão na agenda e merecem ser sublinhadas pela sua importância, porque ilustram uma paridade progressiva no interior dos intercâmbios. De um lado, a questão camponesa e da agricultura familiar pela qual a parte francesa tem um papel preponderante e, de outro, a questão da agroecologia, cujo impulso vem da parte brasileira.

A sociologia rural brasileira se afirma num contexto em que a questão da reforma agrária está no centro do debate. A atenção se volta sobretudo aos embates sobre a propriedade da terra e mais especificamente sobre os efeitos de dominação e subjugação que implica na manutenção do sistema fundiário. Na França, a questão das formas sociais de produção, em particular o lugar que pode tomar uma agricultura cuja produtividade seria antes de tudo baseada no trabalho familiar e não no assalariado, é, ao contrário, colocado no seio da comunidade de ruralistas, quando da análise da radical modernização agrícola do pós-guerra. Um projeto de pesquisa coordenado por H. Lamarche será determinante para a transferência para o Brasil desta problemática, muito debatida na França (Servolin, 1972). Se esse projeto não é fruto de um Acordo Capes-Cofecub,

ele se apoia em pesquisadores brasileiros e franceses que participaram da construção de uma rede internacional envolvendo pesquisadores poloneses, canadenses e tunisianos. Dois trabalhos resultantes desse projeto (Lamarche, 1993; 1994) serão publicados no Brasil. Nos círculos universitários, a noção de agricultura familiar substituiu expressões como pequena produção, pequeno e médio agricultor, agricultor de baixa renda e outros qualificativos amplamente utilizadas por órgãos governamentais como de pesquisa e extensão rural, bancos, instituições de créditos, cooperativas e entidades de representação política, desde o período da modernização intensiva na agricultura, na década de 1970. Na década de 1990, quando surgiram políticas públicas voltadas para essa categoria, até então definida pela escala de produção e não por categoria social, esses agricultores passaram a ser chamados de agricultores familiares. Sem dúvida o marco dessa mudança ocorreu com a instituição do Programa Nacional de apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), em meados da década de 1990, que constitui uma das políticas públicas mais importantes em vigor até os dias de hoje.

Nos movimentos sociais, a noção de agricultura familiar vai reorganizar o movimento sindical. No sul do Brasil, por exemplo, os agricultores familiares abrigados na Federação dos Trabalhadores na Agricultura, FETAEP e na Federação dos Agricultores no Paraná (FAEP) organizam o seu próprio sindicato e criam a Federação dos Agricultores Familiares (FETRAF).

Por último a noção de agricultor familiar, sem dúvida, teve grande repercussão nos meios cientí-

ficos¹³, sendo empregada como categoria analítica. Ela passou a ser entendida como uma categoria que, ultrapassando a imprecisão da pequena produção (Pinton, 2009), permitiu levar em conta a heterogeneidade das formas sociais da produção da agricultura, desde a exploração familiar orientada para o mercado até o agricultor com uma lógica de subsistência. No confronto com a modernização produtiva, o agricultor familiar pode, segundo a tipologia proposta por Lamarche (1993), continuar a produzir para o autoconsumo (camponês) ou participar integralmente do mercado (empresa). Essa interpretação orientou numerosas pesquisas no Brasil, nos cursos de pós-graduação e nas instituições de pesquisas.

Em suma, a noção de agricultura familiar disseminou-se e assumiu várias perspectivas, como categoria política, como categoria de análise e também enquanto identidade. Muitos agricultores identificam-se como agricultor familiar, conforme se observa nas enquetes ou nas pesquisas de campo.

Entre os numerosos temas que marcaram a construção dos acordos Capes-Cofecub, o da agroecologia merece uma atenção especial. A parte anterior ilustra uma mudança em que a parte francesa desempenha um papel de impulso, por mais que o tema da agroecologia tenha sido tratado de um modo paritário, a parte brasileira beneficia-se de um antecedente no seu tratamento, porque a agroecologia é de uma grande atualidade, em particular nos movimentos sociais. A questão se inscreve na continuidade dos intercâmbios descritos mais acima, pois a agricultura familiar constituiu uma das categorias mais importantes no processo de tran-

¹³ Por exemplo: em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o INRA e o CIRAD organizaram o colóquio “Agricultura familiar: dinâmicas comparadas Brasil/França” em Recife.

sição de uma prática convencional de agricultura para uma prática agroecológica.

De maneira geral, a questão agroecológica é a expressão de um longo percurso no interior da sociologia rural, que, no Brasil como na França, incorporou-a na perspectiva ambiental a partir do seu domínio predileto, o rural, mas tratando como um desafio de toda a sociedade. Dessa forma, no fim dos anos 1990, J. Almeida publicou um trabalho a partir de sua tese (Almeida, 1999). É um dos primeiros, junto com Brandenburg (Brandenburg, 1999), a propor no Brasil uma análise da agricultura num contexto ambiental. Marcel Jollivet também foi publicado no Brasil, e dois de seus artigos (Jollivet, 1994; 1998b) serão fundamentais para repensar o objeto da sociologia rural no Brasil.

Nesse contexto de construção de um quadro de análise da questão rural que integra o meio ambiente, a partir dos anos 1980 a abordagem interdisciplinar ganha relevância no Brasil, assim como na França. Diversos cursos de natureza interdisciplinar são criados no Brasil, sendo o NAEA/UFPA um dos pioneiros, seguido pelo MADE/UFPR. Embora nenhum dos acordos tenha se centrado na questão interdisciplinar, diversos pesquisadores participantes desempenharam um papel importante na construção de um quadro de organização de pesquisa interdisciplinar e formação de pesquisadores. Os trabalhos pioneiros de Marcel Jollivet (1992) e de Claude Raynaut (2004) contribuíram de forma decisiva para o processo de formação e pesquisa nos cursos de pós-graduação, em particular no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvi-

mento/UFPR e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR/UFRGS.

No campo do desenvolvimento sustentável, deve-se registrar inúmeras contribuições teóricas discutidas durante eventos, que deram origem à publicação de artigos ou livros. Muitos dessas contribuições não foram desenvolvidas no quadro dos acordos, mas que deles derivam a partir de parcerias nas quais M. Zanoni, pesquisadora do Ladyss, teve um papel de mediação determinante¹⁴. A dinâmica das parcerias teve desdobramentos significativos na produção científica: sobre o campesinato no Sertão Nordestino (Duque & Cohen, 2001). Mais recentemente, a pesquisa sobre os territórios da cidadania, que contou com a participação de Jean-Paul Billaud e Claude Renaud, da qual resultou a publicação de dois livros (Cavalcanti *et al.*, 2014a; Cavalcanti *et al.*, 2014b). Por último, destaca-se o trabalho de Maria de Nazareth Wanderley (2018) sobre o rural francês, que traz contribuições resultantes de vários anos de diálogo com a França (Wanderley, 2018).

Ainda no campo do desenvolvimento sustentável, das formas alternativas de desenvolvimento, as trocas de conhecimento permitiram a proposição de dois projetos de pesquisa sobre a questão ecológica. Nesse contexto de intercâmbio, a experiência brasileira, particularmente em função da existência de um movimento bem estruturado em defesa de uma agricultura alternativa ou ecológica, tanto no meio científico quanto para a sociedade, teve um papel impulsionador no contexto francês, alimentando produções conjuntas publicadas na França (Zanoni & Lamarche, 2001) e no Brasil (Ferreira & Brandenburg, 1998).

¹⁴ Diversos seminários e colóquios podem ser constatados. No Brasil, sobre os agricultores alternativos (Ferreira & Brandenburg, 1998); na França, sobre a ruralidade no Brasil (Zanoni & Lamarche, 2001) e em vias de publicação o colóquio realizado na França sobre “A questão agrária e agricultura familiar no Brasil” (AgroParisTech & Ladyss, Paris, 24-25 abril, 2013).

O movimento por uma agricultura alternativa, que surgiu já na década de 1970, foi precursor do movimento ecológico na agricultura no Brasil. Esse movimento, que colocou em questão o modelo produtivista da modernização agrícola, se expandiu e se institucionalizou. Sua força mobilizadora repercutiu nos movimentos sociais do campo, como no Movimento Sindical e em especial no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), assim como em outros países da América Latina e da Europa. No caso da França, um país onde a tradição com a agricultura biológica já vem desde 1960, reconhecida esta oficialmente desde 1980, a agroecologia motivou diversos atores sociais e instituições de pesquisa a repensar suas abordagens.

O acordo Capes-Cofecub de 2011 trata da agroecologia na França e no Brasil, sendo ancorado em diversos textos, livros e revistas publicados e discutidos nos congressos, seminários, grupos de pesquisas e cursos de formação. Na sequência desse acordo, em 2018, um novo projeto coordenado por C. Lamine (Inra) e Brandenburg (UFPR) foi construído visando a alargar a reflexão coletiva sobre a agroecologia, agora abordando a transição agroecológica dos sistemas agroalimentares. As parcerias também se ampliaram para outras universidades brasileiras (UFRRJ, UFRGS E UFRGN) e também outras instituições francesas (CIRAD, além do CNRS/Paris Nanterre) e o INRA, instituição coordenadora do projeto precedente. Seus objetivos são, de uma parte, analisar paradigmas de análise e políticas públicas que surgiram em torno da agroecologia, articulam (ou não) agricultura, alimentação, meio ambiente, saúde e justiça social e os debates e controvérsias associadas; e, de outra parte, explorar sobre a base de estudos de caso em âmbito territorial os mecanismos de transição e

formas de governança que facilitam (ou dificultam) a transição agroecológica dos sistemas agroalimentares territoriais na perspectiva de justiça social. O projeto permitirá prosseguir e aprofundar a extensa dinâmica de intercâmbio entre sociólogos franceses e brasileiros, referidos nesse artigo, notadamente em torno das questões transversais que são as evoluções paradigmáticas imbricadas pela questão ambiental na sociologia e as posturas de pesquisadores engajados, no âmbito da inter e da transdisciplinaridade.

Esse balanço certamente é parcial. Está longe de abranger todos os intercâmbios franco-brasileiros registrados em acordos no campo da sociologia rural e ambiental e que não se limitam aos aqui mencionados. Mas o interesse em registrar uma colaboração reside na continuidade que lhe é própria, no alargamento constante das parcerias desde o núcleo inicial. Permite ilustrar uma evolução constante para mais paridade entre os parceiros e um inegável domínio dessa história intelectual sobre as correntes de ideias que irrigam os círculos acadêmicos e mesmo os movimentos sociais. Desse ponto de vista, podemos afirmar que os acordos formatados pelas instituições participaram de uma construção das ciências nas sociedades, embora com diferenças estruturais entre si.

Referências

Almeida, J. *Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio natural desenvolvimento sustentável em espaços rurais do Sul do Brasil*. Cooperação interuniversitária franco-brasileira programa Capes/Cofecub. Porto Alegre, 2000.

Almeida, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

- Alphandéry, P.; Billaud, J. P. (Eds.). *Cultiver la nature. Études rurales*, 141-142, 21-44, 1996.
- Billaud, J.P. *Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes. Desenvolvimento e meio ambiente*, 10, 111-118, 2004.
- Boudes, P. Les démarches des sociologies francophones de l'environnement: comment faire science avec la problématique environnementale? *VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement*, 7(2), 2006.
- Brandenburg, A.; Billaud, J.P. Lamine, C.(Org). *Redes de Agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015.
- Brandenburg, A. *Agricultura familiar, ONGS e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- Caniello, M. Os 25 anos da pós-graduação em sociologia no Centro de Humanidades. *Raízes*, 22(1), 110-124, 2003.
- Canto, I. O Brasil e a evolução da colaboração científica internacional. In: SARAIVA, J. F.; CERVO, A. L. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Diretrizes do Programa CAPES/COFECUB*: Edital – CGCI – n. 9. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/cofecub.2006>>. Acesso em: agosto/2014
- CAPES. (2014). *Brasil e França comemoram 35 anos de parceria científica*. Disponível em Fundação Capes - Ministério da Educação: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7263-brasil-e-franca-comemoram-35- aniversario-do-programa-capes-cofecub>. Acesso em dez/2016
- Cavalcanti, J. S.; Wanderley, M. N.; Nierdele, P. A. (Eds.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2014a.
- Cavalcanti, J. S.; Nierdele, P. A.; Raynaut, C.; Ferreira, A. D. D. (Eds.) *Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania*. Recife: Editora da UFPE, 2014b.
- Duqué, G.; Cohen, M. *Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses: Nordeste du Brésil*. Paris: IRD (Collection À Travers Champs), 2001.
- Ferreira, A. D. D.; Brandenburg, A. (Eds.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- Jollivet, M. (Ed.). *Les collectivités rurales françaises, tome 2: Sociétés paysannes ou lutte de classes au village? Problèmes méthodologiques et théoriques de l'étude locale en sociologie rurale*. Paris: Armand Colin, 1974
- Jollivet, M. Pluridisciplinarité, interdisciplinarité et recherche finalisée ou des rapports entre sciences, techniques et sociétés. In: Jollivet, M. *Sciences de la nature, sciences de la société: Les passeurs de frontières*. CNRS Editions, 1992.
- Jollivet, M. *Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas*. Estudos econômicos, 24, 183-198, 1994.
- Jollivet, M. *Vers un rural post-industriel. Rural et environnement dans les huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1998a.
- Jollivet, M. A vocação atual da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 5-25, outubro, 1998b.
- Lamarque, H. (Ed.). *L'Agriculture Familiale: comparaison internationale, une réalité polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- Lamarque, H. *L'Agriculture Familiale: comparaison internationale. Du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- Lefebvre, H. *La vallée de Campan: étude de sociologie rurale*. Paris: PUF, 1963.
- Martinière, G. Encore quelques remarques à propos des missions françaises. In: Martins, C. B. *Dialogues entre le Brésil et la France*. Formation et coopération académique. Recife: Fondation Joaquim Tabuco, p. 485-495, 2005.
- Mathieu, N.; Jollivet, M. (Eds.). *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*, ARF, Paris, L'Harmattan, 1992.
- Mendras, H. *La fin des paysans, innovations et changement dans l'agriculture française*. Paris: Sedes, 1967.
- Mendras. *Les collectivités rurales françaises, tome 1: Etude comparative du changement social*. Paris: Armand Colin, 1971.
- Pinton, F. De la paysannerie française aux peuples de la

-
- forêt amazonienne. *Études Rurales*, 1(183), 201-220, 2009.
- Raynaut, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10, 21-32, 2004.
- Schmidt, B. V.; Martins, C. B. O acordo Capes-Cofecub no contexto da pós-graduação brasileira. In: Schmidt, B. V.; Martins, C. B. (Eds.). *Diálogos entre França e Brasil*. Formação e cooperação acadêmica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.
- Servolin, C. L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: Taverbier, Y; Gervais, M. (Eds.). *L'univers politique des paysans dans la France contemporaine*. Presses de Sciences Po., 1972.
- Soboul, A. *La Maison rurale française*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995.
- Tavares dos Santos, J. V. *Matuchos, le rêve de la terre: Etude sur le processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil (1930-1984)*. Paris, Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris X, 1987.
- Texeira, O. A., *L'interdisciplinarité dans la recherche sur l'environnement: de la théorie à la pratique*. Paris, Dissertação (Master de sociologie) – Université Paris X, 1994
- Théry, H. Une géographie de la coopération universitaire France-Brésil, analyse des accords Capes-Cofecub. *Échogéo*, 15, 61-72, 2011. doi: 10.4000/echogeo.12296
- Trindade, H. Social sciences in Brazil in perspective: foundation, consolidation and diversification. *Social Science Information*, 44(2-3), 283-357, 2005.
- Wanderley, M. N. Homenagem à Marcel Jollivet, *Raízes*, 21(2), 185-186, 2002.
- Wanderley, M. N. Ser socióloga do “mundo rural” na Unicamp. Memórias muito vivas. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*, 1, 13-34, 2007.
- Wanderley, M. N. *Uma Singularidade Histórica: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês*. Recife: Editora da UFPE, 2018.
- Zanoni, M.; Lamarche, H. *Agriculture et Ruralité au Brésil: un autre modèle de développement*. Paris: Karthala, 2001.